

A FUNÇÃO DE ORIENTADOR ARGUMENTATIVO DOS RÓTULOS EM ARTIGO DE OPINIÃO: UMA QUESTÃO DE ENTONAÇÃO DE VALORES SOCIAIS

Gisele de Freitas Paula Oliveira*

Resumo: À luz de uma perspectiva sociointeracionista, este artigo objetiva pesquisar a referenciação através dos rótulos (expressões nominais que sumarizam porções de texto), evidenciando a função de orientador argumentativo desempenhada por essas expressões. A fim de buscar o objetivo proposto, trazemos para o nosso texto a concepção filosófica bakhtiniana de valoração (BAKHTIN, 1993[1920-24]), com o intuito de mostrar que, ao construir o objeto de discurso, o sujeito seleciona as formas linguísticas que melhor se adaptem ao seu projeto de dizer. No entanto, essas escolhas não emanam de um sujeito solitário; pelo contrário, são usadas por um sujeito que é singular e social, simultaneamente, que rejeita e assume diversos valores sociais, os quais determinam a forma e o conteúdo de seu enunciado e com os quais convive. **Palavras-chave:** Referenciação; Objeto de discurso; Rotulação; Dialogia; Valoração.

Abstract: In the light of the sociointeractionist perspective, this study has as main objective to research the referentiation process through labels, that is to say, nominal expressions that summarize sections of the text, pointing the function of argumentative guiding performed by these expressions. In order to achieve the aim of this research, we will consider Bakhtin's philosophical concept of valuation (BAKHTIN, 1993[1920-24]). By doing so, we want to show that the subject selects the linguistic forms that are best suited to what he projected to say. The subject does it while constructs the discourse object. However, this same subject is not alone when he makes these choices; on the other hand, he is singular and social, simultaneously, he rejects and takes different social values, the ones that determine the form and content of his enunciation. **Key-words:** Referentiation; Discourse Object; Labeling; Dialogism; Valuation.

Referenciação e valoração

A relação entre as palavras e aquilo que elas designam é tema de estudo recorrente desde a Antiguidade, tanto em Linguística quanto em Filosofia da Linguagem. Por anos os estudiosos defenderam o poder referencial da linguagem, acreditando ser ela um artefato disponível para designar os “objetos do mundo”, como

*Mestre em Linguística. UFES, Vitória-Espírito Santo. Brasil. gisele.ipb@hotmail.com.

um conjunto de etiquetas que se ajustam ao real. Sob esse ponto de vista, pressupunha-se a existência de um mundo autônomo, discretizado em objetos ou “entidades” existentes, independentemente de qualquer sujeito que se refira a ele.

No entanto, assumir a língua como prática sociointerativa, é concebê-la opaca e indeterminada, ou seja, somente no seu funcionamento contextualizado é que o sistema ganha estabilidade funcional e a ilusão de transparência que o caracterizam. Nessa perspectiva, a linguagem é entendida como prática social e assume-se que, através das práticas discursivas e cognitivas social e culturalmente situadas, a realidade é construída coletivamente, e os referentes, antes considerados “coisas do mundo”, passam a ser concebidos como **objetos de discurso**. Estes não se confundem com a realidade extralinguística, mas se (re)constróem nos processos de interação e, uma vez introduzidos, podem ser alterados, (re)categorizados, (re)ativados, desativados e modificados.

Defendem a “discursivização do mundo” Koch (2004,2006a) e Koch e Marcuschi (1998) e Bakthin (2003[1952-53]). Para esses autores, a discursivização da realidade por intermédio da linguagem não é um simples processo de elaboração de informações, mas uma (re)construção do próprio real. A referenciação constitui uma atividade discursiva, e o sujeito, por ocasião da interação verbal, opera e seleciona o material linguístico que tem à sua disposição, fazendo escolhas que são significativas para representar os estados de coisas, com vistas à concretização de sua proposta de sentido, do seu *querer dizer* (cf. KOCH, 2006a, p. 61).

Tal posicionamento não implica negar o mundo extralinguístico, mas rejeitar a concepção de correspondência entre as palavras e as coisas, o que leva a assumir o caráter intersubjetivo e sociointerativo da referência. Nesse sentido, a realidade que se erige no evento comunicativo não é dada, mas discursivizada e alimentada pelo próprio discurso num processo de construção e reconstrução interativa da realidade.

Apoiando-se na concepção de “discursivização do mundo” é que Mondada & Dubois (2003[1995]) defendem a construção do referente mediante as práticas sociais. Refutando, portanto, a relação direta entre palavras e coisas e voltando a atenção para processos cognitivos que subjazem à (re)construção da realidade, é que as autoras propõem substituir o termo *referência* por *referenciação*.

Bakhtin(Voloshinov,V.N.)(1999[1929],p.32) declara que no processo de referenciação os signos realizam duas operações concomitantes: refletir e refratar. Ou seja, através dos signos apontamos para a realidade, para a materialidade do mundo, mas, ao fazê-lo, fazemos sempre de modo refratado. E refratar significa, segundo Faraco,

[...] que com nossos signos nós não somente descrevemos o mundo, mas construímos - na dinâmica da história e por decorrência do caráter sempre múltiplo e heterogêneo das experiências concretas dos grupos humanos – diversas interpretações (refrações) desse mundo.

(FARACO, 2006[2003], p. 50)

Dito de outra forma, talvez mais clara, como a práxis dos grupos dos humanos é heterogênea, cada grupo vai refratando, gerando diversos (e até contraditórios) modos de dar sentido ao mundo. Isso acontece porque cada grupo atribui valorações, apreciações diferentes aos entes, eventos e relações e, dessa forma, formam-se vários sentidos. Essas múltiplas valorações participam como elementos constitutivos da significação, haja vista que o mesmo material semiótico utilizado no ato concreto da enunciação, dependendo da voz social na qual está ancorado, terá uma determinada significação, e não outra. “*Não é possível significar sem refratar*” (cf. FARACO, 2006[2003], p.50). E continuo: não é possível refratar sem valorar.

É possível que, nesse ponto, o leitor se pergunte: o que é valor, afinal? Essa é uma indagação pertinente, mas nem por isso fácil de responder. Isso porque, no pensamento bakhtiniano, não se trata de preto ou branco, disso ou aquilo. Para usar os termos de Possenti,¹ “Bakhtin é um pensador, o que fica claro tanto pela abrangência dos temas a que se dedica quanto pelo “tom” de seus textos, mais de ensaísta que de cientista”, o que faz com que não encontremos em seu pensamento um manual que fixe conceitos e verdades absolutas. O que para Possenti também não é um problema: afinal, quem sente falta deles que os elabore.

¹ POSSENTI, Sírio. Prefácio: Intervindo nas leituras de Bakhtin. In: FARACO, C. A. Linguagem & Diálogo: as idéias linguísticas do Círculo e Bakhtin. Curitiba, PR: Criar Edições,2006[2003], p.9.

Além desse “tom de ensaísta”, outro fator dificulta dizer categoricamente o que é valor: esse conceito não aparece como item isolado em suas obras. Sem contar o que já foi dito na nota de rodapé do tópico anterior – o uso de vários termos para o mesmo tema.

Diante desses desafios, optamos por responder à pergunta acima associando valor a outros conceitos que com ele se relacionam, ou seja, tentando imitar a maneira com que fez Bakhtin.

Para pensarmos em valor, é necessário notarmos a sua relação com a concepção de sujeito ativo/responsável e social defendido por Bakhtin (e também assumido por nós). Vejamos o fragmento abaixo:

Não existe o “homem-em-geral”, eu existo, e um outro particular concreto existe – meu íntimo, meu contemporâneo (humanidade social), o passado e o futuro de seres humanos reais (da humanidade histórica real). Todos esses são momentos valorativos do Ser que são *válidos individualmente* e não universalizam ou generalizam o único Ser, e se revelam para mim do meu único lugar do Ser como as bases do meu não-álibi no Ser.

(BAKHTIN, 1993[1920-24], p. 65 – grifo nosso)

E ainda:

[...] eu participo unicamente no único ser de um modo emocional-volitivo [valorativo], afirmado. Na medida em que eu afirmo meu lugar próprio e único no Ser unitário da humanidade histórica, na medida em que eu sou seu não álibi, isto é, mantenho uma relação emocional-volitiva [valorativa] ativa em relação a ele, *eu assumo uma posição emocional-volitiva* em relação aos valores que ele reconhece.

(BAKHTIN, 1993[1920-24], p.65 – grifo nosso)

Nesses excertos, observamos a defesa do “eu existo”, do ser humano concreto, real que vive e interage socialmente com os companheiros do presente e do passado (com a história da humanidade). Todos esses sujeitos valoram, as avaliações estão no “sangue e na carne” daqueles que compõem os grupos sociais. Todos os valores morais,

éticos, científicos, estéticos, religiosos, econômicos, sociais, enfim, todos os valores fazem parte da experiência da vida realmente vivida e são experimentados pelos sujeitos como algo dado e ainda a ser determinado, no sentido de circularem socialmente e se tornarem “válidos individualmente”, por isso o *eu* e o *outro* se tornam centros de valores. Isso significa que o sujeito é responsável por suas escolhas, por assumir certos valores e, automaticamente, negar outros, o sujeito de modo algum está indiferente. Essa não indiferença mostra que é valor aquilo que é “realmente afirmado para aquele que pensa” (BAKHTIN,1993[1920-24], p.65), pois assume “*uma posição emocional volitiva em relação aos valores que ele reconhece*”.

Os julgamentos de valor não são “emoções individuais, mas atos sociais regulares e essenciais. Emoções *individuais* podem surgir apenas como sobretons acompanhando o tom básico da avaliação social. O “eu” pode realizar-se verbalmente apenas sobre a base do nós” (BAKHTIN(VOLOSHINOV, V. N.), 1993[1926], p. 6). Nas palavras de Sobral (2008, p. 22), “o valor é sempre valor para sujeitos, entre sujeitos numa dada situação”. Essa duas características do valor, social e situado, mostram que as avaliações não são fixas e estáticas, pelo contrário, como são dinâmicas e diversas as vivências dos/entre sujeitos, é natural que as apreciações sociais sejam reavaliadas e se alterem no curso da história da humanidade.

Nesse ponto, importa-nos compreender que “[...] ele [julgamento de valor] encontra sua mais pura expressão na *entonação*” (BAKHTIN(VOLOSHINOV, V. N.), 1993 [1926], p. 7).² Para Bakhtin, a entonação contempla a faceta mais conhecida como alteração de timbre, ritmo, altura da voz, intensidade, duração, pausa, hesitações, etc., mas, não somente isso, ela cobre a modalidade escrita, considerando, por exemplo, a seleção dos vocábulos – sendo esses mais selecionados pelos contextos da vida nos quais foram impregnados julgamentos de valor do que do dicionário – e a própria combinação entre eles. As valorações, portanto, são fortes determinantes da entonação e afetam a forma e não apenas o conteúdo de um enunciado. Na verdade, segundo Bakhtin(Voloshinov, V.N) (1993 [1926], p. 8) “não só a entonação, mas toda a estrutura formal da fala dependem, em grau significativo, de qual é a relação do enunciado com o conjunto de valores presumido do meio social onde ocorre o discurso”.

² Nesta nota queremos esclarecer que a entonação para Bakhtin(Voloshinov, V. N.) (1993 [1926]) importa porque é a manifestação de um julgamento de valor social, porém não se confunde com ele, mas é uma de suas manifestações concretas na linguagem.

Interessante é observar que as avaliações sociais são sempre extratextuais, mas, vindas do exterior, se integram ao texto e a ele dão vida. Isso deixa claro que

o discurso verbal é claramente não suficiente. Ele nasce de uma situação pragmática extraverbal e mantém a conexão mais próxima possível com esta situação. Além disso, tal discurso é diretamente vinculado à vida em si e não pode ser divorciado dela sem perder sua significação.

(BAKHTIN (VOLOSHINOV, V.N.), 1993 [1926], p. 4)

Seja qual for o objeto de discurso de um falante/escrevente, ele (o objeto) não é objeto de discurso pela primeira vez em dado enunciado, e nem o sujeito é o primeiro a falar sobre ele. O falante/escrevente não é um “Adão bíblico” relacionando com objetos virgens, pelo contrário, “o objeto, por assim dizer, está ressalvado, contestado, elucidado, e avaliado de diferentes modos; nele se cruzam, convergem, divergem diferentes pontos de vista, visões de mundo, correntes” (BAKHTIN, 2003[1952-53], p.300). O que há é uma “Torre de Babel” em torno de qualquer objeto, e o sujeito, diante dessas várias vozes sociais, assume aquela que experimenta e afirma.

Essa relação valorativa do sujeito com o objeto de discurso, seja ele qual for, “determina a escolha dos recursos lexicais, gramaticais e composicionais do enunciado” (BAKHTIN, 2003[1952-53], p. 289). Na língua, o sujeito encontra e forja os recursos necessários para marcar seu posicionamento valorativo e, ao construir o objeto de discurso, acaba entoando os valores sociais afirmados.

A construção do objeto de discurso é feita por diversas estratégias de referenciação, nominais e pronominais, conforme mostram os estudos de Koch (2006a). Entre essas estratégias, evidenciamos as *expressões nominais rotuladoras* que, das diversas propriedades do referente, promovem uma seleção daquelas que viabilizam o projeto de sentido do produtor do texto, o seu *querer dizer*, e desempenham importante papel na construção e explicitação de um posicionamento valorativo. Através dessas escolhas lexicais, revela-se uma perspectiva tomada a partir da qual o objeto de discurso é construído, o que leva o interlocutor a construir determinada imagem, ou seja, a vê-lo sob determinado prisma.

A rotulação discursiva

Vários são os termos que têm servido para designar um mesmo fenômeno de referenciação, a sumarização de segmentos do texto por meio de expressões nominais. Para Conte, *encapsulamento anafórico* é o termo que descreve uma anáfora lexicalmente baseada, que é formada por um nome geral (ou avaliativo) e que possui clara preferência pelo determinante demonstrativo. Trata-se, para ela, de “[...] uma paráfrase resumidora de uma porção precedente do texto. (CONTE, 2003[1996], p. 178)”.

Para mostrar o evento definido, *encapsulamento anafórico*, a autora oferece dois exemplos, um em italiano e outro em inglês, sendo um desses transcrito abaixo, já traduzido:

(2)

Hoje, todos os melhores espaços produtivos estão ainda na mão da velha estrutura do estado. Levará tempo para mudar *esta situação*.

(grifo da autora)

Como se nota, a “paráfrase resumidora” *esta situação* encapsula anaforicamente uma porção do texto precedente.

Segundo Conte (2003[1996], p. 179), essa forma anafórica é muito diferente dos exemplos padrão da anáfora, pelos seguintes motivos: i) os referentes dos sintagmas nominais anafóricos não são indivíduos, mas referentes com *status* ontológico diferente: são entidades de uma ordem superior como estados de coisas, situações, processos, ou fatos, proposições ou atos de enunciação; ii) o antecedente (caso seja legítimo designar assim) não é claramente delimitado no texto, mas deve ser reconstruído (ou mesmo construído) pelo ouvinte/leitor.

À mesma estratégia de sumarizar uma proposição Francis (2003[1994], p.192) nomeia rotulação (*labelling*) – que é realizada por um elemento nominal, o rótulo, comumente um termo genérico – e, apoiando-se em Winter(1982) , acrescenta que sua principal característica é que “ele exige sua realização lexical, ou lexicalização, em seu cotexto”. Por se tratar de “um elemento nominal inerentemente não específico cujo significado específico no discurso necessita ser precisamente decifrado” (FRANCIS, 2003[1994], p.192), o rótulo pode funcionar tanto cataforicamente, precedendo a lexicalização, quanto anaforicamente, sucedendo à sua lexicalização. Nesses casos, a coesão é estabelecida por todo o grupo nominal, não somente pelo seu nome núcleo.

Considerando ainda os movimentos prospectivos e retrospectivos dos rótulos, Francis (2003[1994], p.200) observa que também há rótulos que sumarizam porções textuais tanto subseqüentes quanto precedentes, configurando uma rotulação ampliada, onde, em suas palavras, o rótulo “funciona para trás e para a frente: para trás, para encapsular e reintroduzir como dada a situação descrita no parágrafo precedente; e, para a frente, para avaliá-la”.

Analisando as considerações de Conte (2003[1996]) e Francis (2003[1994]) sobre o *encapsulamento anaforico / rótulo*, Zavam (2007, p.131) declara que dois aspectos chamam a atenção nos trabalhos dessas linguístas francesas. O primeiro consiste no fato de os exemplos dados para ilustrar o *encapsulamento anaforico* servirem à ilustração de um *rótulo*. O segundo diz respeito ao fato de ambos apontarem funções comuns aos fenômenos tratados distintamente, quais sejam: funcionar “como princípio organizador na estrutura discursiva” e interpretar “ um parágrafo precedente e funciona[r] como ponto de início para outro” (CONTE, 2003[1996], p.184), e a de “conectar e organizar o discurso escrito” e “ter claramente um papel organizador que se estende para o todo do próximo parágrafo” (FRANCIS, 2003[1994], p. 193).

Essas observações são relevantes porque mostram que, tomando essa estratégia de referenciação quer como um *encapsulamento anaforico*, quer como um *rótulo*, fica evidente que ela é responsável pela sumarização de porções textuais e vem sob a forma de uma expressão nominal, a qual ganha o estatuto de objeto de discurso.

Como nosso intuito neste trabalho é analisar as expressões nominais que sumarizam tanto informações que precedem o sintagma nominal quanto as que a ele sucedem, optamos por adotar a designação *rótulo* neste artigo. E, embora reconheçamos

a importância dos trabalhos realizados pelas autoras supracitadas, distanciamos-nos em parte de suas abordagens porque elas repousam numa análise que prioriza critérios lexicais e sintáticos e, por isso, analisam o fenômeno observando principalmente os aspectos de estruturação e organização da superfície textual.

De acordo com o que já foi dito, nossa pesquisa se baseia na concepção sociointeracionista, e por isso entendemos a linguagem como uma atividade sócio-histórica de construção do mundo e interação de sujeitos, através dos textos. Estes, por sua vez, não se caracterizam apenas pela sua construção linguística, mas também pelo seu funcionamento sociodiscursivo, portanto, quer na produção, quer na intelecção, o texto ultrapassa o linguístico, envolvendo processos como: memória discursiva, valores sociais presumidos e/ou entoados, dialogismo, ação reflexiva dos sujeitos, inferências, analogias – entre outros.

Assim, estudar as estratégias que constituem o texto, na perspectiva sociointeracionista, implica concebê-las não como simples escolhas lexicais ou sintáticas, mas como marcas enunciativas que revelam as ações do sujeito na construção do mundo. O rótulo, portanto, na construção textual, é uma importante instrução para a construção de sentido, conduzindo e explicitando posicionamentos assumidos, construindo a argumentatividade no texto.

Por isso, no estudo dessa categoria linguística, aproximamo-nos (pelo menos em parte) das pesquisas de Koch (2004, 2006a) pelo fato de suas análises e classificações se darem na mesma perspectiva teórica por nós assumida.

Koch (2006b, p.85) divide os rótulos, ainda que de forma provisória, em dois grandes grupos: os que fazem referência ao conteúdo do enunciado, por isso relativo ao ‘*dictum*’, e os que fazem referência ao modo como o que se diz é dito, ou seja, relativo ao ‘*modus*’. Os rótulos referentes ao ‘*dictum*’ encapsulam (nomeiam) o conteúdo de segmentos textuais anteriores ou subsequentes de forma ‘aparentemente’ neutra. Os rótulos que recaem sobre o ‘*modus*’ rotulam não o conteúdo de uma porção de texto (antecedente ou subsequente), mas o ato da enunciação. Esses rótulos, por sua vez, são *metadiscursivos*.

É necessário expor que, embora Koch (2006b) faça essa divisão, ela mesma reconhece a precariedade da distinção entre rótulos de *conteúdo* e *metadiscursivos* uma

vez que todos os rótulos possuem certo grau de subjetividade já que o produtor, ao rotular segmentos textuais e, conseqüentemente, ao criar um novo objeto de discurso, procede a uma avaliação desses segmentos e utiliza o rótulo que julga mais adequado ao seu projeto de dizer. Por isso “mesmo no caso dos rótulos ‘de conteúdo’, há sempre uma escolha, e esta será sempre significativa em maior ou menor grau. Daí a precariedade da distinção entre os dois grupos, já que em ambos a metaenunciação se faz presente” (KOCH, 2006b, p. 88).

Tendo em vista que nosso objetivo não visa a propor uma nova classificação para os rótulos devido ao problema acima elucidado, optamos por apresentar as mesmas classificações de Koch (2006b), juntamente com as “precariedades” que a própria autora reconhece que elas possuem – fato com o qual concordamos.

A rotulação em artigo de opinião

Na perspectiva teórica na qual nos apoiamos, do ponto de vista da linguagem, o ser humano não possui acesso direto à realidade. A nossa apreensão do mundo é sempre mediada pela linguagem, pois “não se pode realmente ter a experiência com o dado puro” (BAKHTIN, 1993 [1920-24], p.32). Assim, o real é sempre semioticamente apresentado para nós, o que significa que nosso discurso não se relaciona diretamente com as coisas, mas com outros discursos que semiotizam o mundo e lhes dão sentido. Isso nos leva a defender que é dialógico o modo real de funcionamento da linguagem já que

o enunciado está voltado não só para o seu objeto mas também para os discursos do outro sobre ele. No entanto, até a mais leve alusão ao enunciado do outro imprime no discurso uma reviravolta dialógica, que nenhum tema centrado somente no objeto pode imprimir. A relação com a palavra do outro difere essencialmente da relação com o objeto, mas ela sempre acompanha esse objeto.

(BAKHTIN, 2003[1952-1953], p.300)

Esse diálogo concreto pode ser observado no texto que trazemos para a análise. Trata-se do artigo “Projeto Copa 2014”, publicado em 04 de setembro de 2009, que tem como temática a participação do Espírito Santo (ES) na Copa de 2014. Esse enunciado participa de um debate da época e se coloca como uma resposta concorde às vozes que defendem a efetiva inserção econômica do Estado capixaba no futuro evento futebolístico que ocorrerá no Brasil, considerando essa discursivização do mundo, essa refração da realidade como uma “necessidade”. Vejamos o texto de Ângelo Passos:

Projeto Copa 2014

A iniciativa privada e o setor público capixaba começam a articular a participação econômica do Espírito Santo na Copa do Mundo de 2014. É *um projeto desafiante* mas, por certo, pode ser viabilizado por esforços bem direcionados.

Nenhuma das 12 cidades que sediarão jogos do mundo está no solo espiritosantense. Somos um dos Estados sem-Copa. Porém, isso não impede que, mesmo no sereno da gigantesca competição, o universo empresarial capixaba afigure lucro com o evento – desde que haja um trabalho inteligente e persistente. Não se deve vislumbrar apenas resultados financeiros imediatos e/ou futuros. A inserção do Espírito Santo na história de uma Copa do Mundo é um marco benéfico, sob diversos aspectos.

Os primeiros contatos estão sendo feitos. A primeira tentativa tem como alvo a seleção alemã. Os capixabas querem recebê-la em sua fase de preparação para o mundial. Tratou-se disso nesta semana durante 27º Encontro Empresarial Brasil-Alemanha, realizado em Vitória.

Os entendimentos devem ser continuados ainda neste ano, por meio de contatos diretos com dirigentes esportivos do país europeu. É por aí. **Esse objetivo** exige longo processo de negociação entre as partes. É preciso que tenhamos eficiência de organização para que as conversações progridam. Há uma multiplicidade de interesses a serem observados.

Além da Alemanha, anuncia-se que a Itália, a Holanda, a Coreia do Sul e o Japão estão na lista do interesse capixaba, visando à participação econômica do Estado no Mundial de 2014. Descortina-se a possibilidade de *uma importante experiência* para o Espírito Santo, em termos empresariais e institucionais. É óbvio que cada caso, ou seja, o projeto relativo a cada seleção, tenha tratamento específico, conforme as peculiaridades do país convidado. O que encanta italianos pode não ser o mesmo que agrada coreanos.

Supõe-se que a estratégia para trazer seleções ao estado deve começar pela costura de parcerias. O acúmulo de sinergias deve ser indispensável para atração dos desejados visitantes. Grosso modo, estima-se que a hospedagem de [seleções] exigiria investimentos em torno de US\$1,5 milhão, somando recursos do setor público (governo do Estado e prefeituras) e das atividades empresariais.

Ninguém duvida de que pescar seleções é *uma disputa muito pesada*. É preciso ser competente, ágil, fascinante. As cidades que sediarão jogos

contam com a presença dos times disputantes desde a fase preparatória, e por certo não medirão esforços nesse sentido. Ou seja, governos estaduais, prefeituras e a iniciativa privada de cada uma das 12 sedes realizarão investimentos focados *nessa perspectiva*. Ademais, entre os sem-Copa, o Espírito Santo não é o único Estado que deseja alojar delegações estrangeiras em preparativo para os jogos. Muitas regiões já devem estar montando aparato profissional para buscar esse resultado.

Enfim, qualquer Estado, para almejar receber algum ganho no leilão para receber seleções [,] terá de se diferenciar. Precisarão agrupar atrativos de forma a oferecer um horizonte de vantagens (com muitos fatores interligados para conquistar a preferência do público-alvo []). Isso não é tão óbvio quando se tem em mente que na última Copa do Mundo o Brasil realizou preparativos na minúscula e bucólica Weggis, comunidade suíça com apenas 3.990 habitantes. E treinou num campinho ultramodesto, bom só para pelada. Então, os parâmetros de competitividade não são condições grandiosas, nem sofisticadas. O outro lado da moeda é que a simplicidade infraestrutural impõe àquele que busca negócios, oferecendo produtos e serviços, a complexa tarefa de ler o gosto do cliente.

O horizonte virtual de negócios em torno da Copa do Mundo não se restringe à hospedagem das seleções. O leque é muito mais amplo e diversificado. Não só grandes empresas – que vão construir e reformar estádios, estradas, implantar trem bala etc – poderão lucrar com a copa. Presume-se irradiação de efeitos em diferentes nichos do mercado nacional. Espera-se a ampliação de oportunidades para médias e pequenas empresas de vários ramos tradicionais, como vestuário, artigos esportivos, calçados, bebidas, alimentação, etc – além de dezenas de tipos de prestação de serviços.

Essa visualização de potencial inclui, necessariamente, o apoio do poder público às empresas de porte, de micro, pequenas e médias. Elas precisam ser grandes em competitividade. Na distensão do mercado interno, em função da Copa, haverão de disputar espaço com os concorrentes internacionais. O custo Brasil continua sendo muito alto.

(*A Gazeta*, 04 - 09 - 2011 – grifo nosso)

Segundo o texto, o Brasil possui, em relação à Copa do Mundo de 2014, estados denominados “sem-Copa”. Essa categorização se dá pelo fato de nenhuma cidade que sediará os jogos estar no território dos “sem-Copa”. Entre esses encontra-se o Espírito Santo. Se há estados “sem-Copa”, obviamente, há outros que são os “com-Copa”. Tal distinção sugere uma nova divisão geopolítica nacional decorrente da Copa do Mundo de 2014, e essa não diz respeito aos limites impostos pela cartografia tradicional, mas se relaciona com o novo traço divisor de fronteiras: o fato de possuir ou não participação relevante na Copa de 2014.

É comumente propagado e socialmente compartilhado que nosso país é o “país do futebol”, que o futebol é “uma paixão nacional”. A seleção brasileira é a única que possui o título de pentacampeã mundial e, reforçando essa “marca futebolística” no

povo brasileiro, somos reconhecidos também como “seleiro de craques”, pois, frequentemente, atletas são exportados para times internacionalmente reconhecidos e o cachê pago a esses jogadores chega a cifras milionárias, evidenciando o grande valor e talento desses jovens.

É interessante notar também que no meio econômico e político o Espírito Santo é visto como um estado em ascensão, cuja avaliação no cenário nacional é, no mínimo, positiva. Parece ser essa avaliação social (política e econômica) que sustenta a posição do autor do texto, muito mais até que a esportiva, já que o ES não se destaca no futebol. O ES, na avaliação implícita do articulista, tem, hoje, condições político-econômicas de se um estado “com-Copa”, mesmo sendo um estado praticamente “sem-futebol”.

No entanto, essa parte não está dita no enunciado, mas constitui a avaliação presumida. É o que “todos nós falantes sabemos, vemos, amamos, reconhecemos” e são “apenas estes pontos nos quais estamos todos unidos [que] podem se tornar a parte presumida de um enunciado” (BAKHTIN (VOLOSHINOV, V. N.), 1993[1926], p.6). É claro que o presumido se expande tanto no espaço quanto no tempo, assim “o *presumido* pode ser aquele da família, do clã, da nação, da classe e pode abarcar dias ou anos ou épocas inteiras” (BAKHTIN (VOLOSHINOV, V. N.), 1993[1926], p.6).

Identificar o presumido é importante para a produção de sentido do enunciado concreto porque, para sua compreensão, não devemos levar em consideração apenas aquilo que está exposto na superfície do texto, ao contrário, o texto, como enunciado, possui duas partes: a realizada em palavras e a presumida. Esta última não é uma emoção individual, mas social e essencial à vida do enunciando penetrando-o de tal modo que se torna parte constitutiva de sua significação. Metaforicamente o presumido está na ponta submersa do iceberg.

Essa abordagem da avaliação presumida do enunciado deixa claro que “o ‘eu’ pode realizar-se verbalmente apenas sobre a base do nós” (BAKHTIN (VOLOSHINOV, V. N.), 1993[1926], p.6), e os valores presumidos depreendidos do texto, que, sumarizados, indicam a tamanha apreciação dos brasileiros pelo futebol, contribuem para produzir uma possível significação da categorização “sem-Copa” utilizada pelo articulista.

Tendo em vista a paixão brasileira pelo futebol, ser um estado “sem-Copa” não indica somente não sediar jogos no Mundial, mas implica inferioridade, menor prestígio, menor destaque, quer dizer não ser parte importante do país do futebol. Essa avaliação fica ainda muito mais acentuada para o Espírito Santo, pois, na região Sudeste, é o único estado que não possui nenhuma cidade-sede. É interessante notar, nesse ponto, que a relação de exclusão mostrada pela expressão “sem-Copa” não surge pela primeira vez no discurso dos brasileiros, outros discursos, também marcados pela luta contra a segregação, já se valeram do “sem” para mostrar a exclusão, como é o caso dos “sem-teto” e dos “sem-terra”.

Sob o ponto de vista do articulista, os estados “sem-Copa” embora não sediarem nenhum jogo, não precisam obrigatoriamente ficar sem usufruir dos benefícios (especialmente os econômicos) que o evento possa proporcionar, pelo contrário, eles devem – particularmente o ES – se esforçar para, de alguma forma, se beneficiar com o evento.

Todavia essa possível inserção dos “sem-Copa” na disputa pelos lucros oriundos do evento esportivo vai de encontro aos interesses dos estados “com-Copa” que, além de receberem apoio do governo federal para reforma, construção e ampliação dos estádios onde se realizarão os jogos, buscam parcerias entre setor público e privado para concentrar em seus territórios o maior número possível de benefícios resultantes da Copa 2014. Nesse ponto, trava-se uma luta de vozes entre os estados “sem-Copa” e os “com-Copa” e, embora a voz dos segundos não seja enfaticamente mostrada, ela constitui o texto do articulista, pois seu enunciado se constroi em oposição a ela.

É em meio ao embate de vozes e aos julgamentos de valores presumidos que encontramos o primeiro rótulo apresentado: *um projeto desafiante*. Esse é um rótulo de conteúdo que empacota a extensão retrospectiva que está no início do texto que diz que “a iniciativa privada e o setor público capixaba começam a articular a participação econômica do Espírito Santo na Copa de 2014”. Essa participação diz respeito, particularmente, à hospedagem das seleções que participarão dos jogos mundiais porque somente no nono e no décimo parágrafo é que o articulista amplia as possibilidades de inserção espírito-santense.

Optar por essa construção para o rótulo revela que, na perspectiva do articulista, a participação do ES na Copa, além necessitar de muito planejamento – já que ele

considera *um projeto* (e mais à frente, no 2º parágrafo, essa ideia é ratificada com “trabalho inteligente e persistente”) –, não será algo fácil de conquistar pois também é considerado por ele *desafiante*. Mas por que *desafiante*? Embora essa pergunta não esteja explícita no texto, a resposta é dada ao leitor diluidamente no seu desenvolvimento e pelo menos três motivos podemos notar que o produtor explicita para fortalecer seu recorte da realidade como *um projeto desafiante*: a) cada seleção possui sua peculiaridade, portanto, é um desafio oferecer atrativos para todas aquelas que o Espírito Santo pretende hospedar (5º parágrafo); b) são necessárias parcerias entre governo, prefeituras e empresas, visando a investimentos altos em hospedagem (6º parágrafo) e; c) as cidades e os estados “com Copa” também objetivam hospedar seleções, além disso, o ES não é o único estado “sem-Copa” que tem esse objetivo (7º parágrafo).

Podemos ver que o funcionamento do rótulo *um projeto desafiante* na superfície textual, embora encapsule uma porção retrospectiva, também funciona para a frente, pois sua relação não se dá apenas com o que já foi dito antes de seu uso, mas também com o que se diz em seguida. Ele articula, portanto, o que é dado/velho quanto o que é novo no desenvolvimento do enunciado.

Ainda nessa construção do objeto de discurso “participação do ES na hospedagem de seleções na Copa do Mundo de 2014”, no quarto parágrafo identificamos os rótulos *os entendimentos* e *esse objetivo*, rótulo de operação cognitiva discursiva e rótulo de conteúdo – respectivamente.

Nesse ponto nos deparamos com uma situação que remete à consideração de Francis (2003[1994], p.200) sobre a difícil delimitação ou identificação da sequência de discurso a qual o rótulo se refere. Qual seria a porção exata que *os entendimentos* e *esse objetivo* sumarizam? Fica claro que essas expressões são retrospectivas e que se referem ao que foi expresso no terceiro parágrafo.

No entanto, parece-nos que, mais importante que ter uma noção precisa da extensão de texto encapsulada por esses rótulos, importa que o leitor entenda que as negociações para trazer a equipe alemã sejam vistas como ações que precisam chegar a um acordo final através de estratégias bem-planejadas e executadas. Assim, no quadro geral de “um projeto desafiante”, hospedar os alemães necessita *dos entendimentos*, ou

seja, “é preciso que tenhamos eficiência de organização para que as conversações progridam. Há uma multiplicidade de interesses a serem observados”.

E, ainda, recategorizar a mesma porção de texto (ainda que essa não seja delimitada) como *esse objetivo* reforça ainda mais a refração de que a empreitada capixaba visando à hospedagem da seleção alemã deve ser uma meta, um alvo a ser alcançado pelo Espírito Santo.

É possível notar que *esse objetivo* retoma *os entendimentos*, que, por sua vez, tem um elo de ligação com *projeto desafiante*. Em *projeto desafiante*, os dois termos, *projeto* e *desafiante*, têm resposta e respaldo na sociedade contemporânea. Nas instituições, por exemplo, nas escolas, para se proporem determinadas ações é preciso um *projeto*. O termo *desafio*, também, está muito presente nos discursos corporativos, empresariais. Com isso, notamos que o enunciado possui dupla orientação: uma que se direciona ao objeto de discurso, e outra que vai rumo aos leitores esperados que, nesse texto, são os empresários capixabas que, se tiverem projetos desafiantes, podem lucrar com a Copa.

O produtor prossegue o seu texto retomando as rotulações feitas como *uma importante experiência*, *uma disputa muito pesada* e *essa perspectiva*. Na verdade, ficamos com a impressão de que todos os rótulos usados depois de *um projeto desafiante* se voltam a ele, encapsulando a bem dizer o mesmo conteúdo sumarizado por ele, mas ora remetendo à hospedagem em geral, ora à hospedagem de uma seleção específica. Isso nos leva a observar também que não se trata de uma retomada de um referente apenas atribuindo-lhe nova predicação. O que acontece é a referência à própria atividade enunciativa, pois, cada vez que *um projeto desafiante* é retomado processa-se uma avaliação do articulista não apenas ao rótulo em si, mas ao conteúdo por ele encapsulado. E esse voltar-se ao texto implica remeter-se não somente à forma linguística rotuladora, mas também à enunciação. São situações como essas que evidenciam o caráter metalinguístico dos rótulos (inclusive os de conteúdo).

Por fim, o articulista encerra o seu texto abrindo o leque das possíveis inserções dos “sem-Copa”, que estão expostas no nono parágrafo, resumindo-as sob o rótulo *essa visualização de potencial*. Dar o *status* de objeto de discurso através desse nome sugere que é preciso ampliar o foco de visão das possibilidades de negócios que a Copa

2014 oferece, mas quem precisa fazer isso? O próprio texto responde: o poder público através do seu apoio às empresas.

Após observarmos as avaliações presumidas, a luta de vozes e as expressões rotuladoras no funcionamento textual, nesse ponto, devemos pensar: recategorizar porções de texto como *um projeto desafiante, os entendimentos, esse objetivo, uma importante experiência, uma disputa muito pesada, essa perspectiva e essa visualização* entoam quais avaliações sociais?

Sem intentar listar uma quantidade limitada de avaliações depreendidas dessas expressões, queremos considerar algumas levando em consideração os valores presumidos na produção do texto, os nomes selecionados pelo produtor para compor os núcleos dos rótulos e os modificadores (quando esses existem). A primeira avaliação que podemos destacar é que a participação dos “sem-Copa” no evento de 2014 deve ser vista acima de tudo como um bom negócio. Para o Espírito Santo, então, se inserir na Copa é afirmar seu potencial em estabelecer rentáveis negociações, potencial que é ofuscado particularmente pelos grandes centros financeiros da região Sudeste – Rio de Janeiro e São Paulo.

A segunda avaliação depreendida é que a participação dos “sem-Copa” não será fácil de ser alcançada, pois as expressões nominais destacadas também sugerem persistência, trabalho conjunto e investimentos. Além disso, notamos que o articulista avalia como necessária a participação do poder público, pois mesmo os “sem-Copa” não logrando êxito com a hospedagem de seleções, o articulista visualiza outros campos de atividade nas quais é possível se inserir, no entanto o apoio estatal para que isso aconteça é indispensável.

Conclusões

Observando a estratégia de rotulação no texto selecionado, algo que ficou bastante nítido é que o processo de referenciação se inicia no social e se mostra no enunciado – tanto no seu conteúdo quanto na sua apresentação. Isso porque a voz que fala no texto não é uma voz sozinha, pelo contrário, pela própria natureza dialógica do

enunciado e a singularidade e sociabilidade constitutiva do sujeito, a voz que se mostra no enunciado sempre se associa à de um outro, ou dela se dissocia, responde a alguém e também se põe à resposta. Mesmo em artigo de opinião, gênero que possui uma assinatura que remete a um determinado autor, o funcionamento dialógico e social foi claramente percebido. Assim, assinar não implica “falar sozinho”, pelo contrário, essa fala possui sempre o apoio “coral”.

É nesse apoio “coral” que encontramos também os valores presumidos que são essenciais para a compreensão da valoração entoada no enunciado por meio dos rótulos. Essa entonação, no texto, desempenha claramente a função de orientar a argumentatividade do texto, ou seja, de fazer com que o leitor passe a ver o objeto de discurso de determinado modo, procurando o sujeito que fala atuar sobre o sujeito que lê. No entanto, reconhecemos que o rótulo é apenas um recurso que colabora para a entonação de valores, não o único. Todo o texto entoar, quer por meio de uma vírgula, uma aspa, um negrito, enfim. Várias outras pistas podem ser dadas para identificação dos valores assumidos.

Ainda a respeito dos rótulos, compreendemos que essas marcas deixadas no texto são mais do que elementos coesivos: elas indicam a enunciação de um sujeito, que ocupa um lugar social e histórico, que é responsivo e responsável, que não possui álabe para sua existência e que circula entre discursos e faz circular discursos. E esses nomes, que em certos casos mostram os valores mais abertamente, embora possam parecer carregar em si uma carga axiológica determinada, na verdade, eles mesmos nada valorizam, pois, se assim fosse, determinado rótulo entoaria sempre o mesmo valor, o que não é verdade dentro da perspectiva teórica assumida, pois consideramos que as palavras não são de ninguém e nada valorizam. No entanto, ancoradas em diferentes contextos, valores presumidos e vozes podem entoar diversos valores.

Finalizando nossas considerações, observando no texto que o uso do rótulo sempre nos remeteu a outros contextos, embora possa parecer redundante, não deixa de ser necessário ressaltar que o estudo produtivo da referenciação deve ultrapassar os limites impostos pelo cotexto, pela materialidade linguística pura e simples, porque, se nos prendermos apenas ao que está posto reduziremos o ato enunciativo a uma construção linguística amputada de sua vida, da arena na qual se encontram os índices sociais de valores. Por isso, chegamos ao final deste trabalho acreditando que o estudo

proveitoso do funcionamento argumentativo dos rótulos deve levar em consideração a arena valorativa na qual se insere o uso dessas expressões e a relação dialógica que o enunciado nas quais elas estão inseridas possui com outros enunciados.

Referências

BAKHTIN, Mikail. **Para uma filosofia do ato responsável**. Tradução não revisada de uso didático acadêmico, de C. A. Faraco e C. Tezza. 1993 [1920-24].

_____. (VOLOSHINOV, V. N.). **Discurso na vida e discurso na arte**: sobre a poética sociológica. Tradução, para uso didático, de C. A. Faraco e C. Tezza. 1993[1926].

_____. (VOLOSHINOV, V. N.). **Marxismo e Filosofia da Linguagem**: problemas fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Editora Hucitec, 1999[1929].

_____. Os gêneros do discurso. In: **Estética da criação verbal**. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003[1952-53]. Tradução: Paulo Bezerra. Coleção Biblioteca Universal. p. 261 – 306.

CONTE, Maria-Elizabeth. Encapsulamento anafórico. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernadete Biasi; CIULA, Alena (orgs). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003[1996].

FARACO, Carlos Alberto. **Linguagem e Diálogo**: as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin. Curitiba/PR: Criar Edições, 2006[2003].

FRANCIS, Gill. Rotulação do discurso: um aspecto da coesão lexical de grupos nominais. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernadete Biasi; CIULA, Alena (orgs). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003[1994].

KOCH, I. G. V. & MARCUSCHI, L. A. Processos de referenciação a produção discursiva. **DELTA** [online], v. 14, n. especial, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?cript=sci_arttext&pid=S010244501998000300012&lng=em&nrm=isso>. Acesso: 13 de abril de 2010.

_____. **Introdução à Linguística textual: trajetória e grandes temas**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez, 2006a.

_____. Rotulação: uma estratégia textual de construção do sentido. In: **Revista Calidoscópio**, v.04, n. 2. Mai/ago 2006b.

MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Daniele. Construção dos objetos de discurso e categorização: Uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE,

Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernadete Biasi; CIULLA, Alena (orgs). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003[1995]. (Coleção Clássicos da Linguística)

PASSOS, Ângelo. Projeto Copa 2014. **A Gazeta**, Vitória, 04 de setembro de 2009, p. 6.

POSSENTI, Sírio. Prefácio: Intervindo nas leituras de Bakthin. In: FARACO, C. A. **Linguagem & Diálogo**: as idéias linguísticas do Círculo e Bakthin. Curitiba, PR: Criar Edições, 2006[2003], p.9.

SOBRAL, Adail. Ato/atividade e evento. In: **Bakthin**: conceitos-chave. BRAIT, Beth (org). São Paulo: Contexto, 2008.

ZAVAM, Aurea. São axiológicas as anáforas encapsuladoras?. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães [et al.] (orgs). **Texto e discurso sob múltiplos olhares**: referenciação e outros domínios discursivos. Vol.2. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.